

Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira: uma abordagem sob a ótica do processo da convergência internacional

Luciano Gilio¹

Simone Alves da Costa²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar de que maneira pode existir aproximação entre os conceitos usados pela contabilidade gerencial e aqueles usados pela contabilidade financeira após o processo de convergência internacional. A pesquisa se justifica pela escassez de trabalhos que versem sobre o tema, bem como pela atualidade do assunto frente às mudanças propostas pelo processo de convergência contábil. Além da revisão teórica, são analisados pronunciamentos técnicos do Comitê de Políticas Contábeis (CPC), sendo realizadas análises de conteúdo de maneira a identificar potenciais pontos de aproximação de ambas as contabilidades. Observou-se que além da norma, há outros aspectos que deveriam permear um processo de aproximação entre as duas contabilidades, passando pela questão da dominância entre as contabilidades; a formação do estudante e futuro profissional contábil; a perspectiva cultural que coaduna a importância da norma e, conseqüentemente, do profissional a ela vinculado; e o próprio processo de convergência, que necessita de tempo para se sedimentar e propiciar, de fato, aproximação. Também há possibilidade de aproximação entre as duas contabilidades ao ser identificada maior ênfase na utilização dos conceitos econômicos, como no caso dos pronunciamentos técnicos que reforçam o uso da mensuração a valor justo, os que enfatizam a prevalência da relevância das transações, e outros mais voltados ao *disclosure*, como é o caso das informações por segmento. Questões como o atrelamento de desempenho gerencial às métricas contábeis constitui possibilidade para dirigir pesquisas posteriores.

Palavras-chave: Contabilidade gerencial; Contabilidade financeira; Convergência contábil.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze in what way can happen an approach between the concepts used by management accounting and financial accounting after the process of international convergence. The research is justified by the lack of studies that deal with this issue as well as the topicality of the subject to the changes proposed by the accounting convergence process. Besides the literature review, the standards of the Accounting Policy Committee (CPC) are analyzed, a content analyzes is conducted to identify potential points of approximating both management and financial accounting. It was observed that beyond the rules, there are other aspects that should permeate a process of rapprochement between the two accounting models, through the issue of dominance between accounting modalities; formation of students and future professional in accounting; cultural perspective to the importance of consistent standard and, consequently, the professional bounded to that, and the actual process of convergence, it needs time to settle and provide, in fact, approach. There is also possibility of rapprochement between the two accounting modalities to be identified greater emphasis on the use of economic concepts, as in the case of accounting standards that reinforce the use of fair value measurement, the prevalence of which

¹ Mestre em Contabilidade pela FEA/USP; luciano.gilio@usp.br

² Doutora em Contabilidade pela FEA/USP; simone.ac@gmail.com

emphasize the relevance of transactions, and more directed to disclosure, as is the case of operating segments. Issues such as harnessing performance management to accounting metrics is the possibility to direct further research.

Keywords: *Management Accounting; Financial Accounting; Accounting convergence.*

1. INTRODUÇÃO

Dentro da profissão contábil existem diversas subcategorias que podem ser seguidas no escopo da formação profissional. Algumas delas, entretanto, atraem mais os profissionais, ganhando destaque, a saber: o educador e teórico contábil; o profissional do mercado financeiro e de capitais; o contador gerencial; e por fim, o profissional contábil para usuários externos ou contador financeiro.

Para fins deste trabalho, recebe maior atenção a relação entre o contador gerencial e o contador focado nas publicações para usuários externos. O foco, no caso, não se limita à pessoa em si, mas às diferenças que isso causa no cotidiano da profissão e nas consequências para a academia e para o mercado de trabalho.

O ponto de partida são as similaridades e diferenças entre as contabilidades gerencial e financeira, já mencionadas por autores que trataram de conceituá-las (ANDERSON et al., 1989; LOUDERBACK et al., 2000; HORNGREN et al., 2004).

Em geral, há pouca contestação sobre os usuários da informação fornecida pela contabilidade, tanto gerencial como financeira. No entanto, a pesquisa relacionada a esses temas evoluiu pouco além disso. Frezatti et al. (2007) ressaltam que essa é uma característica básica não contestada, entretanto, aprofundam que essa constatação não é suficiente para determinar como as contabilidades podem se diferenciar.

O estudo, portanto, está focado em responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira os conceitos usados pela contabilidade gerencial e aqueles usados pela contabilidade financeira podem ter se aproximado após o processo de convergência internacional?

Nesta pesquisa são discutidas as principais questões relacionadas às contabilidades gerencial e financeira. Além da definição, principais usuários e trabalhos relacionados, abordam-se aspectos culturais, educacionais e profissionais que impactam a aproximação das contabilidades de fato. Também se propõe uma análise do conteúdo dos pronunciamentos técnicos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) visando analisar pontos potenciais de aproximação entre as contabilidades.

A pesquisa se justifica pela escassez de trabalhos que versam sobre o tema, bem como pela atualidade do assunto frente às mudanças propostas no processo de convergência contábil. As próximas seções expõem o referencial teórico que envolve o assunto, a metodologia utilizada para o estudo, a apresentação e análise dos dados e as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para Iudícibus (2009), a contabilidade é um “(...) método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”.

A cargo da contabilidade estaria o objetivo de acumular e comunicar informações essenciais para a compreensão das atividades de uma empresa. Para Baxter e Davidson RAGC, v.4, n.12, p.78-93/2016

(1962), a função da contabilidade seria fornecer informação suficiente para que os usuários façam seus próprios julgamentos. Trata-se de uma visão abrangente, que considera que a contabilidade, enquanto provedora de informações, procura ser neutra naquilo que proporciona aos seus usuários. Essa postura por si só provoca reflexão, pois atende a perspectiva reguladora do mercado acionário e creditício, ou seja, tem um viés de informação externa onde se espera que a neutralidade seja uma realidade, o que não ocorre quando a informação é demandada internamente.

Este caráter subjetivo e de não neutralidade da contabilidade, por muitas vezes, foi suplantando pela excessiva normatização. A normatização é um meio encontrado pelo governo e/ou órgãos reguladores para padronizar, harmonizar e homogeneizar as informações divulgadas a partir da área contábil por empresas de diferentes características, garantindo critérios mínimos de informação a credores e potenciais investidores (LOPES; MARTINS, 2005).

Muitas vezes, no entanto, a padronização limita o fornecimento de informações por parte da empresa, tanto que diz respeito ao binômio quantidade/qualidade, quanto na agregação de informações que poderiam ser relevantes nesse contexto, além de reduzir os julgamentos de valor.

No que diz respeito aos usuários da contabilidade, há uma infinidade deles. Do lado externo à empresa estão governo, investidores, consultores, credores, auditores e o mercado financeiro como um todo. Do lado de dentro, as informações financeiras suportam decisões de planejamento, orçamento, estratégia, sistemas de informações gerenciais, custos, entre outros.

Dada esta diversidade de interesses e de pontos de vista dos usuários da informação, surgem duas vertentes distintas no ambiente contábil: a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial, objetos de estudo deste artigo.

2.1 A relação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira

A contabilidade financeira envolve técnicas que incluem os procedimentos e métodos referentes aos padrões financeiros de entidades individuais ou grupos de entidades, preparados segundo critérios de reconhecimento e mensuração dos itens nos demonstrativos financeiros. A ênfase está em seguir os princípios contábeis geralmente aceitos.

A contabilidade gerencial, por sua vez, envolve práticas determinadas pelas organizações individual e internamente, em resposta às suas necessidades particulares. Geralmente contempla técnicas de custeio de produtos, processos/atividades e métodos de alocação e identificação de fatores que determinam o comportamento do custo e do lucro (BROOKS, 1988).

No geral, as informações do processo gerencial também passam pelos crivos do processo contábil, no entanto, muda o foco de análise, como demonstrado no trecho a seguir:

Não há razões para supor que a contabilidade gerencial não passe pelas etapas do processo contábil conforme mencionado. O que muda é o ambiente dentro do qual este processo é realizado. Assim, não estamos falando de divulgação de informações para o público. O processo agora se refere à comunicação dentro dos vários níveis hierárquicos da empresa. (LOPES; MARTINS, 2005).

Para os autores, além da questão do foco de análise, a contabilidade gerencial impacta diretamente os interesses dos gestores da empresa onde é utilizada, a partir de demandas de gerenciamento, em que motivação e comprometimento são elementos fundamentais para a entidade. Eles citam o orçamento como um importante instrumento de atribuição de poder, de forma que quem define as políticas na contabilidade gerencial, está na verdade, definindo a

distribuição de poder na organização. Além do poder, há outras implicações como a utilização de métricas como base para o sistema de remuneração, impactando diretamente a riqueza individual dos acionistas; e a utilização da contabilidade gerencial como mecanismo de controle dos gestores. Dessa forma, “(...) a contabilidade gerencial é muito mais fruto de um amplo embate social do que resultado de técnicas elaboradas em laboratório.” (LOPES; MARTINS, 2005).

O comentário de Brown (1987) expressa a preocupação do FASB sobre a necessidade de fornecimento de dados contábeis úteis, tanto para o usuário externo como para o tomador de decisão da firma. Para o autor, existe uma tensão entre a contabilidade gerencial e a financeira, ocasionada por uma diferença de propósitos para as quais ambas existem. Porém, elas não deveriam, em tese, seguir caminhos separados mesmo sofrendo ajustes para seguir seus diferentes objetivos, uma vez que partem de um mesmo dado ou transação. Sobre as diferenças entre as duas contabilidades pode-se considerar que:

As práticas gerenciais são influenciadas pelas características específicas da empresa mais diretamente do que na contabilidade financeira. A contabilidade gerencial também não passa pelo mesmo processo de regulação que a contabilidade financeira, não sendo, dessa forma, afetada por um conjunto uniforme de procedimentos obrigatórios. (LOPES; MARTINS, 2005).

Brooks (1988) defende que, na prática, a contabilidade gerencial é dominada pela contabilidade financeira, seguindo o que já havia sido afirmado por Johnson e Kaplan (1987). Desse ponto de vista, ele analisa algumas áreas da contabilidade gerencial e de como ela seria dominada pelos princípios da contabilidade financeira. Na verdade, o argumento de que a base da contabilidade gerencial é a mesma da contabilidade financeira é verdadeiro (ao menos na maior parte das vezes) e faz todo o sentido usar uma mesma informação, com a mesma característica tanto para o usuário interno como externo, sempre que essa informação tenha a “qualidade” adequada ao propósito a que se destina.

Por exemplo, quanto ao princípio da prudência, ele argumenta que nas alocações em que há indícios de incerteza ou dúvida, os padrões da contabilidade financeira intervêm, prevalecendo o conservadorismo. Para o autor, esse tipo de visão se justifica na contabilidade financeira a fim de proteger investidores e credores, apesar de mais recentemente se falar em equilíbrio entre prudência e relevância. No entanto, para a contabilidade gerencial, seria mais útil a utilização de cenários ou visões alternativas, havendo ênfase na relevância. A visão da convergência de normas, neste momento, elimina esse problema, proporcionando condições de uma abordagem única, uma vez que permite que a essência sobre a forma prevaleça.

Frezatti et al. (2007) registraram em seu trabalho, junto aos pesquisadores da área contábil, que princípios como custo histórico como base de valor, realização da receita e prudência não deveriam produzir os mesmos efeitos nas contabilidades gerencial e financeira, de forma que a contabilidade gerencial fosse menos conservadora em seus cálculos. O processo de convergência contábil, no entanto, promove uma melhoria no sentido de que tais registros sejam realizados de forma a aproximar os reportes entre as contabilidades. Por exemplo, o Pronunciamento Técnico CPC 15 (CPC, 2009) visa melhorar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações fornecidas pelas empresas em suas demonstrações contábeis acerca de uma combinação de negócios. A base para tal objetivo é a mensuração de uma aquisição pelo valor justo. Dessa forma, prevalece a essência econômica do negócio em detrimento à forma jurídica (custo histórico definido em contrato), o que atenua os efeitos de eventuais semelhanças na utilização de procedimentos conservadores entre as contabilidades.

Brooks (1988) também comenta o caso das estimativas pontuais. A publicação de medidas exatas, como no caso do lucro líquido, mostra a insegurança dos gestores. Em outras palavras, ele considera que os gestores temem pela credibilidade das medidas publicadas caso optem por publicar mais de um valor, mesmo quando não existe uma garantia de sua exatidão. No entanto, para a contabilidade gerencial, um pensamento assim faz com que o trabalho perca parte da sua utilidade, justamente por não proporcionar o que ele chama de “visão alternativa”. Por esses motivos, ele afirma que os contadores gerenciais são relutantes em reconhecer que contextos diferentes requerem diferentes informações contábeis.

Outros exemplos usados pelo autor dizem respeito à depreciação e aos retornos sobre investimentos. No caso do primeiro, a alocação sistemática da contabilidade financeira é replicada na contabilidade gerencial, quando o ideal seria a cada período avaliar o valor presente líquido de um determinado ativo na contabilidade gerencial. Atualmente, com o processo de convergência internacional, há uma tendência de aproximação da contabilidade financeira com a gerencial no sentido de aumentar os julgamentos, melhor refletindo a situação econômica do ativo, aproximando às ideias de Brooks (1988).

No segundo caso, as críticas são feitas aos métodos de avaliação de investimentos e retornos baseados em números contábeis (em detrimento às abordagens de fluxo de caixa descontado), sendo dever do contador gerencial, na visão dele, construir novas técnicas adequadas a tal função. Nesse ponto, os métodos de avaliação permanecem como sendo os mais utilizados para análise de investimentos, enquanto os dados baseados nas informações contábeis são imbatíveis no planejamento e acompanhamento do desempenho da entidade. Nota-se certo crescimento da utilização do método do valor econômico residual, mais conhecido como EVA®, que proporciona a vantagem de servir para planejar e acompanhar tanto o investimento como o desempenho.

Para Arnold (1989), não apenas haveria necessidade da contabilidade gerencial resistir à dominação dos princípios da contabilidade financeira, como também, haveria igual necessidade de que a contabilidade gerencial desse suporte à gestão com propostas, a fim de mudar as bases do reporte financeiro e garantir sua utilidade de fato. Na verdade, ao ter como base a contabilidade financeira, baseada em princípios, a contabilidade gerencial viabiliza sua consistência de informações internas e externas. Ele também argumenta que parte da solução deste problema estaria ligada à inclusão dos benefícios econômicos futuros esperados da parte do contador gerencial, sugerindo um menor uso dos princípios da contabilidade financeira em seus reportes e, ao mesmo tempo, aproximando as práticas entre as contabilidades.

Os autores Hemmer e Labro (2008) afirmam que, enquanto a tendência prática é de uma aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira, há um distanciamento na pesquisa acadêmica. Desse ponto de vista, nota-se que há uma preocupação com a ausência de estudos empíricos que comprovem essas relações, tema que será abordado na seção seguinte.

Como se percebe pelo desenvolvimento acima, quando se discutem diferenças em termos de contabilidade gerencial e contabilidade financeira, do que se fala? Dos princípios, das informações contábeis, da ênfase em diferentes informações? Da percepção de que uma informação interna útil para o gestor é fatídica ao ser divulgada para o ambiente externo e cair na mão do concorrente? Sem organizar essas perspectivas, o debate é estéril.

Hoper et al. (1992) partem das críticas de Johnson e Kaplan (1987) para contestar que há poucas pesquisas empíricas buscando saber como os requerimentos ao reporte externo afetam, de fato, a contabilidade gerencial, cujo foco é interno. Para eles, não fica claro como as decisões gerenciais influenciam os procedimentos da contabilidade financeira, tampouco

como os sistemas da contabilidade gerencial são determinados pelos requerimentos do reporte financeiro, e ainda, como as informações necessárias ao alto escalão se relacionam às informações necessárias aos usuários externos e às decisões dos níveis inferiores de gerência.

Para auxiliar nestas questões, eles realizaram estudos de casos múltiplos com seis empresas de grande porte no Reino Unido. Algumas constatações de destaque foram: a maioria das companhias tinha um sistema contábil único para contabilidade gerencial e financeira; para os executivos, o reporte costumava derivar dos padrões financeiros, fazendo algumas adaptações por segmento de negócio; a influência da financeira na gerencial não é tão grande quanto afirmavam Johnson e Kaplan (1987), pois os sistemas tinham flexibilidade para organizar os dados da maneira que fosse necessária, entre outros.

Por outro lado, os gestores deixaram transparecer um maior interesse na contabilidade financeira, devido à influência na forma como as companhias são avaliadas e na sua própria gestão. Isso é percebido, por exemplo, no atrelamento de medidas de desempenho aos índices da contabilidade financeira. Em geral, os autores identificaram que não havia evidências de insatisfação com a informação gerencial que era fornecida.

Todas essas considerações demonstram não haver evidências claras de que os padrões da contabilidade financeira afetem negativamente os sistemas de contabilidade gerencial. Também foram notadas preferências pela contabilidade financeira, em função dos mecanismos de avaliação de mercado. Além disso, embora haja uma aparente uniformidade e satisfação, há questões mais complexas como, porque o alto escalão valoriza mais a contabilidade financeira ou porque atrelar metas de desempenho a índices financeiros.

Outro estudo empírico analisado é o de Joseph et al. (1996). Eles aplicaram um questionário a 308 contadores gerenciais no Reino Unido, buscando inferências sobre a percepção deles em relação às influências dos padrões de reporte externo no *design* dos sistemas contábeis gerenciais internos e na tomada de decisão das organizações.

Na pesquisa, houve poucas evidências de uma crença de que a contabilidade gerencial é dominada pela contabilidade financeira. No entanto, foi percebido que os padrões de reporte externo influenciam as decisões gerenciais, bem como houve indícios de que os gestores acreditam poder influenciar seu desempenho financeiro por meio de suas escolhas contábeis. Em geral, a divergência em relação aos reportes nas duas contabilidades fica sujeita às ordens do alto escalão.

Richardson (2002) analisa a questão da dominância da contabilidade financeira sobre a contabilidade gerencial, mostrando evidências de dependência de uma contabilidade perante a outra, e também evidências de independência, exatamente o oposto. Prioritariamente, o autor identificou, baseado em publicações científicas, que a intersecção entre as duas áreas se mantém como um território disputado, com a referida dominância profissional presente, conforme argumentam Johnson e Kaplan (1987). Seus achados revelam que a dominância ocorre, principalmente, no que se refere à disputa por postos de trabalho no campo profissional e, também, sobre qual associação de classe obtém controle das crescentes definições da categoria.

O trabalho de Halbouni e Hassan (2012) analisa, partindo da obra de Johnson e Kaplan (1987), se a divulgação externa influencia as informações da contabilidade gerencial em um mercado de capitais emergente, os Emirados Árabes Unidos, utilizando como arcabouço teórico a teoria institucional. Em linha com a alegação de Johnson e Kaplan (1987) e contrário aos estudos de Hopper et al (1992) e Joseph et al (1996), os resultados mostraram evidências de dominação sobre os relatórios financeiros da informação contábil gerencial nos Emirados Árabes Unidos. O artigo revela que as atividades de reguladores e profissionais de RAGC, v.4, n.12, p.78-93/2016

contabilidade dão mais atenção à informação da contabilidade financeira, sendo a percepção dos gestores que a contabilidade gerencial é subordinada às exigências da financeira na prática.

Sintetizando a discussão realizada até este ponto, fica clara a diferença de propósitos, usuários e abordagens entre as contabilidades gerencial e financeira. A questão da dominância da societária sobre a gerencial é um dos temas mais abordados, no entanto, não há consenso, talvez devido à base empírica insuficiente, para determinar qual é a relação ou hierarquia entre as contabilidades. A seção seguinte aborda o processo de convergência contábil, item relevante e intimamente ligado às questões discutidas até aqui.

2.2 O processo de convergência contábil

O significado da própria palavra convergência atenta para o objetivo proposto: caminhar para um ponto comum. Nesse caso específico, dadas as infinitas abordagens, aspectos culturais distintos, base legal ou formação profissional, o processo de convergência contábil traz a possibilidade de uma linguagem comum ao mundo dos negócios e, mais do que isso, a possibilidade da aproximação de fato, entre as contabilidades gerencial e financeira. Frezatti et al. (2007) mencionam que:

De maneira bem simplificada, pode-se dizer que ambas as Contabilidades vivem momentos distintos. Depois dos casos Enron, Trecom, Vivendi, a Contabilidade Financeira passou por uma enorme crise, em decorrência dos questionamentos sobre o seu potencial de respostas às demandas dos agentes. A Contabilidade Gerencial, por sua vez, não se sente afetada ou pressionada por esses eventos, mas sim por outros *drivers* de negócios, tais como a pressão para respostas mais ágeis e claras e a contestação da utilidade de artefatos e novas respostas a demandas da gestão.

Apesar destes diferentes estágios, se assim se pode chamar, o momento atual da contabilidade financeira se atualizou e, recentemente, a convergência a um padrão único internacional é o grande mote mundial para as publicações contábeis. A convergência representa a adoção de uma série de elementos vinculados pelo padrão internacional, instituído pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), comumente conhecido como padrão das normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

Os principais elementos que chamam a atenção são: a instituição da primazia da essência sobre a forma; a instauração, como forma de mensuração, do valor justo e do valor de mercado de forma mais ampla; e o aumento da relevância como princípio contábil em equilíbrio com o princípio da prudência. Entretanto, os dois elementos básicos iniciais já vinham sendo corpo dos princípios de uma contabilidade gerencial usada para a tomada de decisão e a relevância, por sua vez, sempre foi enfatizada na realidade gerencial.

O comentário de Ansari e Euske (1995), refletindo o pensamento do Comitê Especial de reporte financeiro do AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*), argumenta que o processo de convergência pode melhorar a qualidade da informação contábil e aproximar as duas contabilidades. Nesse documento, eles listaram dez elementos como essência de sua proposta ao modelo de reporte financeiro, dos quais boa parte referia-se a processos operacionais e de reporte gerencial interno.

Também há uma menção de que o reporte financeiro deveria seguir a mesma ideia: ter um padrão multidimensional que se baseie, mais do que nos princípios contábeis, em princípios mais amplos como verdade e justiça. A qualidade dos dados, no entanto, estaria mais ligada a ter visões alternativas de uma mesma situação, pois, além de dar conta das diferenças entre reporte interno (mais detalhado) e reporte externo, precisaria atender diferentes níveis de usuários dentro da própria empresa.

Deste ponto de vista, o processo de convergência das duas contabilidades traria os benefícios de passar de uma visão de uma única verdade para uma visão multidimensional, o que permitiria uma base de dados ampla, facilitando a produção de dados de maior qualidade, voltadas ao planejamento e criação de valor no longo prazo.

Ainda há poucos estudos empíricos comparando o impacto da convergência aos padrões internacionais às contabilidades na realidade brasileira. Um estudo encontrado sobre essa temática foi o de Aillon et al. (2012), que analisa a divulgação adicional de informações gerenciais em notas explicativas, como as informações por segmento. O trabalho verificou como são evidenciadas as informações gerenciais publicadas na nota explicativa de informações por segmento nas empresas que compõem o IBrX-50. Os autores concluíram que a evidenciação é distinta entre os setores e existe um baixo nível de *disclosure* das informações, o que pode ser um indício da tentativa de ocultar a ineficiência de alguns gestores ou áreas de responsabilidade ou a supressão de informações para concorrentes.

Por enquanto, é muito cedo para inferir ou especular sobre os resultados que o processo de convergência trará no sentido de aproximar as contabilidades gerencial e financeira. O que se sabe é que, na essência, a introdução de maior nível de julgamento e de uma abordagem com primazia econômica aos reportes financeiros propicia uma integração do objetivo das duas contabilidades, cumprindo sua missão de “(...) identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação.” (IUDÍCIBUS, 2009). Essa tendência à aproximação será analisada nas seções seguintes.

3. METODOLOGIA

A análise de conteúdo proposta por Bardin (2007) consiste em um conjunto de técnicas de análise de processos de comunicação. Por meio de procedimentos sistemáticos e diretos, descreve-se o conteúdo das mensagens analisadas e assim se obtém dos dados de pesquisa à informação estruturada a ser compreendida. É uma técnica qualitativa de análise de dados, podendo ser aplicada a diversas formas de comunicação, mídia impressa, televisão, material de sites institucionais, conversas, discursos, entre outros. Muitas vezes sua aplicação se dá com uma pesquisa documental (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Sobre a diferença entre análise de conteúdo e análise documental, Bardin (2007) afirma que, se suprimirmos à análise de conteúdo a função de inferência e se limitarmos as suas possibilidades técnicas apenas à análise categorial ou temática, pode-se identificá-la com a análise documental.

Para a autora, o objetivo principal a ser alcançado com essa técnica é “o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que ele obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo)”.

É necessário que os procedimentos de análise sejam criteriosos, tendo foco nos conteúdos observáveis e na análise crítica dos documentos usados. O pesquisador, ao usar a análise de conteúdo, está na realidade atrás de outro texto, dentro do que está sendo investigado. Para a pesquisa em questão, que avalia uma aproximação de critérios incluídos mais recentemente na contabilidade normativa à contabilidade gerencial, é necessário identificar os critérios e os pontos de maior relevância que possam evidenciar tal aproximação.

Desta maneira, o universo a ser pesquisado são os pronunciamentos técnicos do CPC publicados até a presente data, sendo realizadas análises sobre o conteúdo de forma a identificar potenciais pontos de aproximação entre os conceitos das contabilidades. A análise será complementada por publicações relacionadas ao tema de estudo referentes aos aspectos culturais e educacionais, itens que não costumam ser explorados. Ao final, espera-se identificar se o processo de convergência possibilitou, de fato, aproximação entre as contabilidades.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Aspectos Culturais

Para Lopes e Martins (2005) as características profissionais dos contabilistas diferem significativamente ao redor das diversas regiões do planeta. As principais diferenças dizem respeito ao prestígio do profissional perante a sociedade, ao padrão de remuneração e às responsabilidades atribuídas. Pela sociologia das profissões, uma categoria tende a ganhar em relevância e prestígio quando lhe é atribuída uma maior subjetividade decisória e maior complexidade nos julgamentos realizados. Isso para a profissão contábil está diretamente relacionado à origem do direito, que influencia a própria origem da contabilidade.

Sobre a influência das origens do direito na contabilidade, o mercado de capitais é mais desenvolvido em países que tem sua origem regulatória no direito consuetudinário, que é uma forma de regulamentação em que predominam julgamentos e as definições são retiradas de costumes e tradições locais. Ao contrário, em países que tem como origem de sua legislação no direito romano, também chamado de *Code Law*, há uma maior ênfase nos códigos escritos e textos legais, ou seja, para que seja válido, é necessário estar escrito (LA PORTA et al., 1999).

Em relação a estes aspectos, existem diferentes abordagens entre os países. No Brasil, por exemplo, a tradição do direito romano influenciou por muito tempo uma contabilidade com foco tributário. Atualmente, a convergência contábil ao padrão internacional está trazendo uma normatização que teve sua origem em países com predominância de direito consuetudinário e *common law*, como a Inglaterra, modificando um pouco esse aspecto.

Há que se considerar, entretanto, que contradições são possíveis de serem encontradas e dificultam análises simplistas. Como exemplo, pode-se citar o caso da Alemanha, que tem uma contabilidade com características bastante específicas: além de ter tradições normativas diversas, apresenta uma contabilidade gerencial com foco bastante claro na estratégia. Os EUA, por outro lado, abordam mais os controles de custos e tem baixo uso de ferramentas estratégicas, o que em ambos os casos, contraria sua original formação em matéria de direito (TOMKINS; CARR, 1996; HOFFJAN; WÖMPENER, 2006).

Estas considerações permitem o entendimento de que há influência cultural clara nos conceitos contábeis usados por diferentes países, o que torna evidente que a contabilidade depende da sociedade que a reflete, com características e padrões específicos.

A abordagem cultural ainda se reflete na forma como a própria pesquisa é desenvolvida em cada país. Lopes e Martins (2005) citam o caso do paradigma positivista, que se tornou dominante nas pesquisas dentro do ambiente norte-americano. Para os autores, dentro dessa nova abordagem, a contabilidade gerencial é entendida como uma técnica inserida em um amplo contexto de relações sociais e não somente como uma forma ótima de se atingir determinado resultado econômico. Eles ainda afirmam que, com o surgimento do paradigma positivista, os pesquisadores passaram a ter uma preocupação menor em dizer

como as firmas devem comportar-se e mudaram o foco para a predição do fenômeno. Em outras palavras, as empresas deixaram de lado o foco exclusivamente normativo para a adoção de outras perspectivas.

Considerando as pesquisas envolvendo a contabilidade gerencial, há um comentário adicional que deve ser considerado, por ser relevante à produção acadêmica do assunto: a questão da aplicação das técnicas tradicionais de pesquisa aos estudos realizados nesse campo. Sobre essa problemática, os mesmos autores afirmam:

Vários autores (...) tem discutido os problemas metodológicos inerentes à pesquisa em contabilidade gerencial. Eles apontam o fato de que as técnicas tradicionais da pesquisa positiva baseadas em testes estatísticos e grandes amostras não são aplicáveis à pesquisa em contabilidade gerencial. (LOPES; MARTINS, 2005).

Pode-se considerar que mudou a abordagem, mas não houve uma atenção às técnicas de pesquisa empreendidas para captar a nova realidade. Essa talvez seja uma das dificuldades em ampliar o leque de pesquisas sobre o assunto. A questão da aplicabilidade das técnicas tradicionais de pesquisa cria um problema para o desenvolvimento do campo em estudo e para a produção acadêmica como um todo. Dessa forma, o argumento de Hemmer e Labro (2008) sobre o distanciamento das contabilidades na pesquisa acadêmica faz sentido.

Scapens (1990) argumenta que a pesquisa positiva em contabilidade gerencial precisa ser útil para explicar o processo que leva a práticas contábeis individuais. Nesse contexto, o autor defende a utilização dos estudos de caso como uma metodologia alternativa a essa problemática, o que em alguns ambientes já foi aceito e incorporado e, em outros, é visto como uma técnica inferior, de alcance limitado. Mecanismos de aceitação e institucionalização também são resultado de características culturais e dariam pano de fundo para um outro estudo tratando especificamente do assunto.

É necessário destacar que não se pode analisar a questão da aproximação entre as contabilidades desconsiderando suas origens, refletidas na cultura de cada país. Os aspectos culturais podem influenciar, além do que já foi citado, comportamentos dos profissionais, diferenças no sistema financeiro, peculiaridades na formação do mercado de capitais e práticas adotadas entre os países e, se constituem, de fato, em uma fonte importante de divergência nos aspectos contábeis (NOBES, 1988). Além de serem ilimitadas as possibilidades de interação da cultura local com a contabilidade gerencial e financeira.

O trabalho de Frezatti et al. (2007) mostra a percepção de pesquisadores contábeis em distintos países sobre as diferenças entre as duas contabilidades. Conclui-se que uma série de aspectos diferencia contabilidade gerencial e financeira, entre os quais, os principais são: aplicação de princípios, foco de análise, grau de confiabilidade, agentes que influenciam ou podem influenciar, frequência de emissão de relatórios e exigência legal de pessoal habilitado em amplitudes variadas. Esses são os resultados abrangentes, mas certamente há especificidades se considerarmos um país ou região, bem como suas origens e predominância legal, como já discutido anteriormente.

4.2 Aspectos educacionais e profissionais

Esta seção propõe uma reflexão sobre os aspectos relacionados à educação e formação do profissional contábil e como isso impacta o futuro da profissão, especificamente no que se refere à aproximação ou não das contabilidades gerencial e financeira.

Estas questões, além de serem influenciadas pelos aspectos culturais, abordados na seção anterior, são dirigidas pela forma como os assuntos e técnicas relacionados às contabilidades gerencial e financeira são abordados na formação base dos profissionais.

Hoffjan e Wömpener (2006) ranquearam os principais livros de Contabilidade Gerencial na Inglaterra, EUA e Alemanha. Nesses livros, os autores constataram que não há um *framework* consistente em relação à contabilidade gerencial estratégica, uma vertente da contabilidade gerencial que tem sido explorada pelos acadêmicos nas últimas décadas por propiciar relevância na informação, cuja ausência havia sido tão criticada anteriormente.

Os autores partem da premissa que os livros-texto influenciam fortemente o mundo corporativo, já que os estudantes aplicam nele os seus conceitos. Há, no entanto, uma abordagem coerente quando se consideram os subconceitos envolvidos no assunto.

Também existem outras divergências na cobertura entre os países, como o fato de os livros-texto germânicos serem menos orientados a custos e os livros-texto americanos serem menos orientados ao mercado, ambos em relação aos demais países. Nos livros germânicos ainda, houve maior ênfase na abordagem estratégica, reforçando o que já havia sido constatado por Tomkins e Carr (1996). Outro comentário sobre livros-texto utilizados na formação profissional está descrito no trecho a seguir:

O livro-texto padrão de contabilidade gerencial nos dias de hoje apresenta basicamente os resultados das pesquisas normativas desenvolvidas durante os anos 50 e 60. Nesses textos vemos recomendações para que os agentes utilizem o método de custeio X ou Y como forma de obter a 'melhor' informação para gerir a empresa (típica proposição normativa). (LOPES; MARTINS, 2005).

Até aqui, percebe-se que os assuntos que estão em voga no ambiente contábil têm certo atraso para chegar às salas de aula, enviesando a formação do profissional, geralmente para uma abordagem anterior ao que deveria estar sendo aplicado. Além disso, a ausência de uma massa de pesquisas e de consenso dificultam qualquer possibilidade de mudança.

Hemmer e Labro (2008) mencionam que, contrário ao que propõe os livros-texto padrão, as propriedades dos sistemas contábeis financeiros e gerenciais não são independentes. Para eles, isso evidencia diferenças em relação à maior parte da tendência de livros de base na contabilidade gerencial, que declaram independência total.

A pesquisa destes autores é considerada relevante no assunto, pois busca encontrar relação entre a contabilidade gerencial, por sua base na tomada de decisões pela realidade econômica das empresas; e a contabilidade financeira, como um sistema de informações de reporte que tende a usar de informações de qualidade da base gerencial. Outras considerações sobre o assunto podem ser vistas no trecho a seguir:

Os problemas de agência oriundos da idiosincrasia das empresas são totalmente desconsiderados na maioria dos trabalhos. Esse tipo de postura leva à visão de que a contabilidade gerencial é uma disciplina eminentemente técnica e de que existe uma solução correta para o problema. (...) Outro problema, no caso brasileiro, é a extrema influência da literatura estrangeira, e quase exclusivamente a norte-americana. A importação de modelos gerenciais é equivocada, uma vez que ignora as características locais, não deixando espaço para que os problemas que estão realmente surgindo dentro da realidade das empresas possam ser considerados. (LOPES; MARTINS, 2005).

As considerações de Lopes e Martins (2005) e de Hemmer e Labro (2008) revelam outras problemáticas além do atraso e viés de formação, a saber: a falta de consistência nas abordagens levadas aos estudantes, considerando muitas vezes questões de interesses pessoais de uma classe, ao invés do que a realidade de fato demonstra; importação de culturas e modelos, principalmente oriundos dos Estados Unidos, desconsiderando a realidade de cada país; além do excesso de tecnicismo nas disciplinas contábeis.

Sobre este último ponto, o trabalho de Coad (1996) ilustra bem. O autor abordou características psicológicas cognitivas do profissional envolvido na contabilidade gerencial. O interesse nesse tipo de estudo foi demonstrado por ele devido a pesquisas que mostram a formação em contabilidade com fortes conhecimentos técnicos, mas poucas habilidades para resolução de problemas complexos e não estruturados.

De forma geral, a pesquisa mostrou, considerando o ponto de vista do que é esperado da parte desse profissional, que seriam necessárias adaptações, como mudanças no processo de recrutamento dos contadores gerenciais, que passaria a requerer boas habilidades de comunicação, principalmente para lidar com indivíduos, dentro e fora da organização. Também haveria implicações na educação, uma vez que os métodos de ensino teriam que propiciar o desenvolvimento de outras habilidades, além do conhecimento técnico, estimulando trabalhos em grupo e em conjunto com outras áreas.

Este tipo de abordagem é válido, uma vez que a mudança na profissão depende em grande parte da formação que está sendo realizada hoje. Sem investimento na formação, é muito difícil mudar a mentalidade do contador gerencial e impactar o futuro da profissão.

Deve-se ressaltar que os estudos aqui apresentados frisaram mais as características do contador gerencial, no entanto, todas as considerações feitas sobre educação podem ser estendidas a ambos, dado que durante o processo de formação não deveriam existir rótulos pré-determinados ou impostos aos agentes dele participantes.

Observando estes aspectos, temos novos pontos de partida para pesquisas futuras e para uma profunda reflexão sobre o que tem sido oferecido como ferramenta de apoio aos alunos dos mais diversos níveis interessados nas disciplinas contábeis. Mais do que isto, deve-se perguntar o que se espera do contador, seja ele financeiro ou gerencial, e assim se pode definir seus papéis e relações frente aos novos desafios impostos para a profissão.

4.3 Análise dos Pronunciamentos Técnicos

A aproximação das normas contábeis aos padrões gerenciais ocorreu mais recentemente em função da adoção de padrões contábeis internacionais, conforme já mencionado. Essa aproximação introduziu alguns conceitos, tais como: a primazia da essência sobre a forma; a inclusão do valor justo como conceito de mensuração; e um equilíbrio no uso da relevância na informação disponibilizada pela contabilidade.

A chamada convergência contábil ao padrão internacional vem ocorrendo baseada nos padrões do IASB. No Brasil, este processo está sendo coordenado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As normas emitidas pelo IASB (pronunciamentos, interpretações etc.) se baseiam na primazia da essência sobre a forma na evidenciação de eventos econômicos. Uma norma conceitual preliminar, que dá diretrizes gerais para todas as demais, é aquela que contém a estrutura conceitual básica, afetando, portanto, todos os critérios.

Analizando o conjunto de normas já adaptadas pelo CPC na figura de pronunciamentos técnicos, foram consideradas algumas de maior impacto para a questão investigada aqui: a aproximação entre as contabilidades gerencial e financeira.

A primeira delas relaciona-se às mudanças empreendidas usando o Valor Justo. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 28 (CPC, 2009), Valor Justo é “o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória”.

A inclusão do valor justo em demonstrativos contábeis é fundamental para assegurar “(...) que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar”, como afirma o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC, 2009).

As principais normas que usam o valor justo no estabelecimento de critérios de mensuração são principalmente mencionadas no quadro 1 – Mensuração a Valor Justo.

Quadro 1 – Mensuração a Valor Justo

Norma analisada	Critério
CPC 15 – Combinação de Negócios	Valor justo de ativos líquidos da adquirida.
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Valor justo de ativos em que não há intenção de uso operacional.
CPC 29 – Ativos Biológicos	Valor justo de ativos biológicos, cujo valor seja confiável.
CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Valor justo de instrumentos financeiros com cotação de mercado ou medida secundária.

Ao propiciar ao tomador de decisão uma base de dados estabelecida em fundamentos econômicos reais, a informação se torna mais útil, sendo valorizada frente aos usuários e mostrando clara aproximação entre as duas contabilidades, uma vez que a contabilidade gerencial já se utilizava de artifícios econômicos antes do processo de convergência.

Outro ponto interessante a ser destacado é o uso da Relevância, sendo que o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC, 2009) estabelece que:

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores.

As principais normas que tratam de padronização de relevância nos critérios da contabilidade normativa estão discriminadas no quadro 2.

Quadro 2 – Uso da Relevância

Norma analisada	Critério
CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Variações, desde que menores do que o valor registrado, são reconhecidas no ato do conhecimento do indício.
CPC 04 – Ativos Intangíveis	Estabelecimento de critérios de reconhecimento bem definidos.
CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil	Consideração de bens arrendados como ativos da empresa arrendatária.
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Depreciação dos ativos segue a consumo efetivo do recurso.
CPC 30 – Receitas	Reconhecimento segue a essência econômica quando há mais de uma transação identificada

Assim, as normas estabelecem pontos de relevância quanto aos critérios da contabilidade financeira, o que as tornam mais próximas do que era registrado economicamente.

O sistema de Gestão Econômica (GECON) criado no Brasil estabelece que a gestão da empresa sob o uso da informação contábil deve ser voltada para otimização de resultados. Isso ocorre por meio da melhoria de produtividade e eficiência, o que por sua vez só é possível

pela busca do resultado global, com conceitos básicos, segundo Catelli (1999) de “espelhar em termos econômico-financeiros o que ocorre nas atividades operacionais da empresa”.

O sistema GECON, que está dentro da contabilidade gerencial, preconiza que a contabilidade seja o efetivo registro econômico de eventos. Alinhando-se, portanto, ao que atualmente há na busca da convergência contábil, ou melhor, na busca do IASB pela instauração da primazia da essência sobre a forma.

A respeito das informações por segmento, nota-se aspecto relevante na implantação da convergência ao padrão internacional, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmentos. A inovação de conceitos implantada diz respeito a uma subdivisão adicional para os principais negócios que geram caixa, de forma que as empresas reportem segmentos de negócio significativos em suas demonstrações contábeis.

A evidenciação de elementos tendo por base os segmentos operacionais mais relevantes da entidade permite ao usuário da informação compreender melhor as maiores contribuições por atividade e segmento de atuação.

Os critérios de rateio usados na alocação de resultados e despesas são então aspectos importantes na interpretação da informação disponibilizada pela contabilidade normativa. Esses critérios de apropriação já são comuns à contabilidade de custos, em geral atribuída como campo da contabilidade gerencial e, conseqüentemente, usada para tomada de decisão gerencial. Entretanto, como citam Aillon et al. (2012), esse tipo de informação é pouco evidenciada.

Ademais, poderiam ser consideradas as mudanças referentes a: Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio – CPC 02; Contratos de Seguro – CPC 11; Custos de empréstimos – CPC 20; Provisões, Ativos e Passivos contingentes – CPC 25; Benefícios a empregados – CPC 33, entre outros. No entanto, as mudanças ocorridas nessas normas não encontram um padrão claro quanto à sua comparabilidade ao que é realizado na contabilidade gerencial, de forma a prejudicar tal comparação.

Cabe ressaltar que a contabilidade financeira, por meio das normas contábeis, não apresenta o mesmo escopo que a contabilidade gerencial, que tem nos gestores diretos os usuários da informação. As normas têm a perspectiva de orientar aqueles que produzem as demonstrações contábeis, enquanto a contabilidade gerencial tem a perspectiva de ser usada pelo gestor de forma mais flexível quando necessário.

Ainda assim, gestores e produtores de demonstrações contábeis não justificam com isso qualquer diferença no uso de princípios de forma distinta entre si. Aspectos como a multiplicidade de relatórios são facilmente compreendidos, mas aspectos como o uso de critérios de rateio podem estar mais relacionados a incentivos e outras variáveis muito mais complexas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar de que maneira pode existir aproximação entre os conceitos usados pela contabilidade gerencial e aqueles usados pela contabilidade financeira após o processo de convergência internacional. Considera-se que a aproximação entre as contabilidades gerencial e financeira se dá principalmente nos aspectos que antes a forma regulava e que agora se reforça a perspectiva da essência econômica.

Neste sentido, a base da contabilidade financeira e a base da contabilidade gerencial aparentemente cada vez mais tenderão para uma perspectiva de igualdade ou semelhança. Por

sua vez, o interesse em dadas informações por parte da contabilidade financeira em informações disponíveis a partir da demanda dos gestores também se faz presente.

No referencial teórico, observou-se que, além da norma em si, há outros aspectos que deveriam permear um processo de aproximação entre as duas contabilidades, que passam pela questão da dominância entre as contabilidades; a formação do estudante e futuro profissional contábil incluindo de forma equivalente em relevância as duas visões; a perspectiva cultural que coaduna a importância da norma e, conseqüentemente, do profissional a ela vinculado, no caso, o contador financeiro; e o próprio processo de convergência, que necessita de tempo para se sedimentar e propiciar, de fato, aproximação entre as duas contabilidades.

Na análise de conteúdo foi observado que há possibilidade de aproximação entre as duas contabilidades quando se percebe a maior ênfase na utilização dos conceitos econômicos, como no caso dos pronunciamentos técnicos que reforçam o uso da mensuração a valor justo, os que enfatizam o uso da relevância das transações, e outros mais voltados ao *disclosure*, como é o caso das informações por segmento, entre outros.

Questões como o atrelamento de desempenho gerencial às métricas contábeis constitui possibilidade para dirigir pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AILLON, Humberto; SILVA, Julio Orestes; PINZAN, Anderson Ferreira; WUERGES, Artur F. Ewald. **Análise das informações por segmento: divulgação de informações gerenciais pelas empresas brasileiras.** 12º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo: 2012.

ANDERSON, Henry R.; NEEDLES, Belverd E.; CALDWELL, James C. ***Managerial Accounting***. Boston: Houghton, 1989.

ANSARI, Shahid; EUSKE, K. J. *Breaking down the barriers between financial and managerial. Accounting Horizons*. Vol. 9, n. 2, jun 1995.

ARNOLD, Anthony J. *The unification of Financial and Management Accounting. Management Accounting*. Vol. 67, n. 3, mar 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAXTER, W. T.; DAVIDSON, Sidney. ***Studies in Accounting Theory***. Chicago: Sweet & Maxwell Limited, 1962.

BROOKS, Michael J. *Financial Accounting principles and Management Accounting practice. Management Accounting*. Vol. 66, n. 9, oct 1988.

BROWN, Victor H. *The tension between Management Accounting and Financial Reporting. Management Accounting*. Vol. 68, n. 11, may 1987.

CATELLI, A. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica.** São Paulo: Atlas, 1999.

COAD, Alan. *Smart work and hard work: explicating a learning orientation in strategic management accounting. Management Accounting Research*. Vol. 7, 1996.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 23/02/2011.

DRURY, Colin; TAYLES, Mike. *Evidence on the financial accounting mentality debate: a research note*. **British Accounting Review**. Vol. 29, 1997.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga de; GUERREIRO, Reinaldo. Diferenças entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Revista de Contabilidade e Finanças**. N. 44, maio/agosto 2007.

HALBOUNI, Sawsan Saadi; HASSAN, Mostafa Kamal. *The domination of financial accounting on managerial accounting information: an empirical investigation in the UAE*. **International Journal of Commerce and Management**. Vol. 22, n. 4, 2012.

HEMMER, Thomas; LABRO, Eva. *On the optimal relation between the properties of managerial and financial reporting systems*. **Journal of Accounting Research**. Vol. 46, n. 5, Dec. 2008.

HOFFJAN, Andreas; WÖMPENER, Andreas. *Comparative analysis of Strategic Management Accounting in German- and English-language general management accounting textbooks*. **Schmalenbach Business Review: ZFBF**. Dusseldorf: Vol. 58, Jul. 2006.

HOPPER, Trevor; KIRKHAM, Linda; SCAPENS, Robert W.; TURLEY, Stuart. *Does financial accounting dominate management accounting: a research note*. **Management Accounting Research**. Vol. 3, 1992.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade gerencial**. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOHNSON, H. Thomas; KAPLAN, Robert S. **Relevance Lost: The rise and fall of Management Accounting**. Massachusetts: Harvard Business School Press, 1987.

JOSEPH, Nathan; TURLEY, Stuart; BURNS, John; LEWIS, Linda; SCAPENS, Robert; SOUTHWORTH, Alan. *External financial reporting and management information: a survey of U. K. management accountants*. **Management Accounting Research**. Vol. 7, 1996.

LA PORTA, R.; LOPES-DE-SILANEZ, F.; SHLEIFER, A. *Corporate ownership around the world*. **Journal of Finance**. Vol. 54, n. 2, 1999.

LOUDERBACK, J.G.; HOLMEN, J.; DOMINIAK, G. **Managerial accounting**. 9. ed, Cincinnati: South-Western College Publ, 2000.

NOBES, Christopher. *Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting*. **ABACUS**. Vol. 34, n. 2, 1998.

RICHARDSON, A. J. *Professional Dominance: The Relationship Between Financial Accounting and Managerial Accounting*. **The Accounting Historians Journal**. Vol. 29, Dec. 2002.

SCAPENS, Robert W. *Researching management accounting practice: the role of case study methods*. **British Accounting Review**. Vol. 22, 1990.

TOMKINS, C.; CARR, C. *Strategic investment decisions: the importance of SCM - A comparative analysis of 51 case studies in U.K., U.S. and German companies*. **Management Accounting Research**. Vol. 7, n. 2, 1996.